



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC nº [REDACTED]

SECRETARIA: Procuradoria Geral do Estado

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Folha de pagamento. Documentos físicos e não consolidados. Necessidade de trabalhos adicionais de tratamento de informações que permite consulta direta. Provimento condicionado à existência dos documentos, em razão do escoamento do prazo de temporalidade.

DECISÃO OGE/LAI nº 133/2018


1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Procuradoria Geral do Estado, número SIC em epígrafe, para acesso a folha de pagamento de Procurador do Estado de 1970 a 1984.
2. Em resposta, o ente informou que as informações não se encontravam consolidadas em banco de dados da instituição, bem como que não se encontram digitalizadas e demandariam trabalhos adicionais de análise e tratamento de informações. Em grau de recurso, a Pasta afirmou que o levantamento dos documentos impactaria na rotina do órgão em função da dimensão dos dados a serem levantados e que o prazo de temporalidade de 30 anos da data de produção dos documentos se esgotou. Inconformado, o solicitante apresentou o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Primeiramente, recorda-se que a Constituição Federal de 1988 preconiza a publicidade como princípio regente da Administração, conforme o artigo 37, e a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, busca assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
4. O presente caso embasa-se no argumento exposto pela Procuradoria Geral do Estado acerca do esgotamento do prazo para custódia dos documentos almejados. A Tabela de Temporalidade do Estado de São Paulo prevê que o tempo para guarda de folhas de pagamento é de 30 anos, a partir da data de sua produção, prazo este já expirado. Há que se verificar, portanto, a eventual existência dos referidos dados nos arquivos da instituição, de modo que somente se torna exigível seu fornecimento na hipótese de sua custódia pelo ente, conforme preconiza o artigo 11 da Lei de Acesso.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. É cediço, ainda, que não são exigíveis dos órgãos públicos trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados, para atendimento a pedido de informação.
6. Contudo, a LAI estabelece alternativas para o fornecimento de informações que se encontrem nessa situação, como a possibilidade de consulta direta aos documentos requeridos, conforme o §3º do artigo 11. Deste modo, desde que existentes os documentos nos arquivos da PGE, e preservadas eventuais informações pessoais ou protegidas por específica previsão legal, a caracterizar alguma das restritas exceções à regra geral da transparência, mostra-se recomendável que o órgão público disponibilize meios para o demandante realizar, diretamente, pesquisa junto aos expedientes pertinentes, para a obtenção das informações a que pretende ter acesso, comunicando-se local e modo para tanto.
7. Ante o exposto, caso existam as informações almejadas, e havendo possibilidade de se fornecer os meios para que o interessado realize consulta direta aos documentos requeridos, **conheço do recurso** para, no mérito, **dar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, §3º e §6º da Lei nº 12.527/2011, devendo-se adotar, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 24 de abril de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL